
TVE/RS - Televisão pública no contexto de convergência midiática

João Vicente Ribas¹
Cristiane Finger²
Greetchen Ferreira Ihitz³

Resumo: Dois tipos de mudanças interessam ao futuro da televisão pública do Rio Grande do Sul. A primeira é tecnológica, fruto de um processo de longo prazo que está imprimindo atualmente o ápice da virada entre o predomínio das mídias de massa e a convergência múltipla da comunicação. A segunda mudança, esta periódica e intermitente, refere-se às trocas de governo do Estado e as consequências diretas nos rumos da Fundação Piratini, mantenedora da TVE/RS, interferindo em sua autonomia e independência. Este duplo contexto interessa à pesquisa que estamos desenvolvendo sobre a televisão pública, com vistas à integração dela, de maneira ampla, a um Centro de Produção e Pós-Produção de Conteúdos Digitais Criativos, ligado ao setor de produção audiovisual e à Universidade.

Palavras-chave: comunicação; televisão pública; convergência; indústria criativa.

Resumen: Dos tipos de cambios interesan al futuro de la televisión pública de Rio Grande do Sul. El primero es tecnológico, resultado de un proceso a largo plazo que está imprimiendo actualmente el ápice de la curva entre el predominio de los medios de comunicación y la convergencia múltiple. El segundo cambio, este periódico y intermitente se refiere al cambio en el gobierno del estado y las consecuencias directas en el curso de la Fundación Piratini, institución que dirige TVE/RS, lo que influye en su autonomía e independencia. Este doble contexto importa a la investigación que estamos desarrollando sobre la televisión pública, con miras a su integración, en términos generales, a un Centro de Producción y Postproducción de Contenidos Digitales Creativos, vinculados al sector audiovisual y a la universidad.

Palabras claves: comunicación; la televisión pública; convergencia; industria creativa.

¹ Doutorando em Comunicação (PUCRS), Jornalista e Mestre em História (UPF). E-mail: pampurbana@gmail.com.

² Doutora em Comunicação, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: cristiane.finger@puers.br.

³ Mestre em Comunicação (UFRGS), bolsista DTI Fapergs. E-mail: fgreetchen@hotmail.com.

A televisão pública do Rio Grande do Sul⁴ invariavelmente enfrenta mudanças estratégicas e de linha editorial a cada quatro anos, quando há troca de governo. Além deste contexto político, que se extrema pelo fato de o eleitorado no Estado não ter reeleito nenhum governador desde a democratização do país e o voto direto, há também um quadro premente de inovação tecnológica que altera o campo da radiodifusão no Brasil e no mundo. A digitalização da comunicação e a cultura da convergência (JENKINS, 2009) levam as emissoras televisivas a buscar adequações técnicas, de linguagem e de relacionamento com sua audiência.

Neste contexto, propomos neste artigo descrever os resultados preliminares de uma pesquisa focada na emissora, que inclui objetivos de integração ao Centro de Produção e Pós-Produção de Conteúdos Digitais Criativos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Este compõe o projeto de construção de um parque tecnológico situado no município de Viamão, o TECNA - Centro Tecnológico Audiovisual do RS. Para além da edificação do espaço físico, nos anos de 2015 e 2016 estão sendo investidos recursos em pesquisas que posicionem o projeto perante a academia, o mercado e o poder público. O financiamento desta fase provém do Ministério das Comunicações e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

O projeto parte de uma premissa de colaborativa, prevendo a articulação entre as instâncias institucionais, contemplando universidade, empresas e governo. Sendo parceiros de iniciativa a Fundacine e o Governo do Estado, os objetivos destas instituições são fundamentais na definição da proposta junto à PUCRS.

O Centro de Produção e Pós-Produção de Conteúdos Digitais Criativos propõe uma forma de trabalho que abrange as múltiplas plataformas, todas as

⁴ A história da TVE/RS começou em 1961 quando a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul previu a criação de uma emissora de televisão educativa. A outorga viria em 1968, e a inauguração ocorreria apenas em 1974. Concluindo sua estruturação, o estatuto e o quadro pessoal efetivo seriam aprovados em 1981 (FINGER, 2002).

etapas da cadeia produtiva e a atuação aberta aos mercados nacional e internacional. Assim, há uma convicção inicial a respeito do papel que o Centro deverá desempenhar, caracterizado pela integração de mídias, processos criativos e diversidade de públicos. E isto independe das variações institucionais. Ou seja, no campo público, por exemplo, a iniciativa de investir em pesquisa, cultura e desenvolvimento tecnológico caracteriza-se como política de Estado, não de Governo. Assim, a constituição do TECNA deverá proporcionar recursos técnicos para este tipo de investimento, colaborando para a estabilidade.

Por isso faz-se importante analisarmos o contexto político da TVE/RS. Devemos considerar a característica pública da emissora, portanto diferente das emissoras comerciais. Sua finalidade é fundamental para avaliarmos as mudanças, institucional e tecnológica. Percebe-se que os governos “do dia” vêm determinando as estratégias editoriais e de programação, em detrimento dos fins públicos, conforme notou Ferraretto (2014), em estudo sobre o Conselho Deliberativo da Fundação Piratini. Esta questão será tratada a seguir.

O núcleo de pesquisa sobre televisão pública, sob coordenação da professora Dra. Cristiane Finger, liga-se ao objetivo geral do projeto, acompanhando temas estratégicos para a Indústria Criativa local e os principais segmentos: audiovisual, jogos digitais, aplicativos, música e som, as tecnologias de visualização. Assim, propõe-se especificamente analisar o conteúdo da programação da TVE/RS, encontrando propostas de programação, tendo em vista a cultura da convergência descrita em Jenkins:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando (2009, p. 29).

Desenvolvemos em 2015 atividades de análise de conteúdo, observação participante e entrevistas qualitativas de audiência para pesquisar a emissora

pública do Estado⁵. Os resultados preliminares que serão expostos neste artigo referem-se à primeira etapa, de análise de conteúdo, comparando a programação do canal em dois momentos distintos. Primeiro descreveu-se a grade referente à administração anterior, de 6 a 12 de abril de 2015. Já na semana entre 18 a 24 de maio do mesmo ano, puderam ser observadas mudanças elaboradas pela atual gestão da Fundação Piratini.

Televisão pública

No Brasil, a televisão nasceu e se desenvolveu como livre mercado, enquanto o sistema público sobreviveu à margem. Assim, a disputa por audiência sempre se atrelou à questão comercial. Não foi o mesmo que aconteceu na Inglaterra, onde setor público e privado se mantêm dividindo a audiência, apesar de não concorrerem juntos por anunciantes. A competição se dá pela alta qualidade das programações. Há neste modelo britânico de radiodifusão o discernimento entre serviço público e mercadoria, bem como entre cidadãos e consumidores. Por outro lado, no Brasil, qualquer ação por parte do governo no setor público comunicacional é visto como ingerência política que confere às emissoras um caráter estatal. É preciso ultrapassar este paradigma.

A gênese da comunicação pública no Brasil esteve ligada a uma ideia educacional. A própria TVE/RS mantém até hoje a sigla que um dia designava a Televisão Educativa, embora tenha mudado seu estatuto. Hoje a emissora gaúcha integra-se ao campo público de radiodifusão no Brasil, o qual inclui canais universitários, culturais, educativos, legislativos e comunitários. Mas seu estatuto sugere uma atuação mais específica, similar ao modelo britânico e à proposta da TV Brasil, criada em 2007. Pois nestes, a comunicação pública possui características próprias, ligadas à administração e à regulação participativa da sociedade civil, através de um conselho. Embora as emissoras geridas por universidades, assembleias e câmaras legislativas, e governos de forma estrita, compartilhem a não exploração comercial das outorgas e a missão

⁵ A equipe de pesquisa conta com bolsistas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – DTI, Doutorando João Vicente Ribas e Mestranda Greetchen Ferreira Ihitz, e bolsistas de Iniciação Científica – PROBIT, Jéssica Moraes e Otávio Daros.

de prestar serviço público à população. Isto em um contexto histórico brasileiro da radiodifusão, marcado pelo privilégio aos interesses de grupos econômicos e políticos, em detrimento do interesse público (TORRES, 2009, p.30).

Teresa Montero Otondo (2012, p. 63) afirma que o campo público da televisão se consolidou conceitualmente no Brasil em 2007, com o I Fórum Nacional de TV's Públicas, reunindo os canais nem comerciais, nem estatais, como as universitárias e comunitárias. Mas, em sua visão, os principais atores do setor são “canais educativos e culturais, financiados pelo governo dos respectivos estados, que formaram inicialmente a ABEPEC (Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais), criada em 1998”. Este seria o embrião do movimento em favor de uma televisão pública independente e autônoma (nesta classificação não se incluem emissoras emanadas dos poderes legislativo e judiciário). O objetivo é criar conforme proposto na Constituição de 1988 um sistema público de comunicação, complementar ao privado e ao estatal, o qual tenha sua programação controlada pela sociedade civil organizada.

Se compararmos aos sistemas norte-americano e europeu, “no Brasil a televisão começou meio por acaso, através da iniciativa privada e sem o menor compromisso em prestar um serviço público, que não fosse o entretenimento” (FINGER, 2002, p. 63). O que ocorreu foi que mesmo com a legislação proibindo⁶, os monopólios não foram evitados no país, muitos favorecendo oligarquias políticas regionais.

O caráter estatal também faz sombra ao interesse público dos canais de comunicação mantidos pelos governos estaduais. Em tese de 2002, Cristiane Finger chamou atenção para a legitimação dos discursos do governo nos telejornais da TVE/RS. Analisando editorias e comparando a emissoras privadas, concluiu que nas categorias Segurança e Lazer/Eventos/Cultura há

⁶ De acordo com o artigo 220 da Constituição Federal de 1988, parágrafo II, inciso 5º, “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. A seguir, no artigo 223, sobre a competência do Poder Executivo para outorgar e renovar concessões para o serviço de radiodifusão, inclui-se a premissa de observar “o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”.

muitas distorções ideológicas, a favor ou contra os governos. “Os eventos de cultura praticamente não interessam aos telejornais das emissoras comerciais, mas na televisão educativa eles são cobertos com destaque; o problema é que só existe cultura vinculada à esfera governamental” (FINGER, 2002, p. 152).

De acordo com o exemplo da British Broadcasting Corporation (BBC), corporação britânica de radiodifusão, a programação de uma televisão pública pode investir em entretenimento, mas sem fazer concessões ao vulgar e mantendo a missão de promover conhecimento. É preciso apenas considerar uma diferença entre a realidade britânica e a brasileira. Enquanto lá o campo privado é regulado e monitorado por conselhos que zelam pelo interesse público, no Brasil a concorrência pela audiência se dá no abuso do sensacionalismo e do apelo sem preocupação com o conteúdo e a educação. Para Leal Filho (1997), o modelo deles funciona porque os setores público e privado atuam de forma complementar, seguindo uma legislação apurada de controle, principalmente, em relação a questões éticas.

No sistema de televisão e rádio públicos da Grã-Bretanha o *broadcasting* é visto como um serviço de interesse público. Assim, a inter-relação com a sociedade acontece por meio de um processo dinâmico e permanente de crítica e revisão. Os recursos provêm a maior parte da licença que os espectadores pagam (*licence fee*). Outra parte significativa vem de produtos da marca BBC vendidos e licenciados para todo o mundo.

Com o intuito de obter visões diversas que colaborem para a questão, consultamos as conferências de diretores de emissoras públicas e membros do governo, de diferentes países, proferidas em 2003 no Rio de Janeiro e publicadas no livro “O Desafio da TV Pública”. Beth Carmona (2003), por exemplo, diz sobre a realidade brasileira que “a atenção principal deve estar em não perder o controle dos objetivos da TV Pública, de ter uma programação sintonizada com seus deveres de promover a dignidade dos cidadãos” (In: CARMONA; FLORA, 2003, p. 12). Ela enfatiza ainda dentre os objetivos deste tipo de emissora a regionalização das programações e o compromisso com a qualidade.

Sobre a televisão pública estadunidense, Alyce Myatt revela que a maioria das emissoras não é mais produtora de conteúdo, apenas adquire programas que são oferecidos por produtores independentes. Alguns são financiados por agentes governamentais ou fundações privadas. E este modelo pode guiar as propostas de produção de conteúdo via edital que a TVE/RS já realizou. Para Gabriel Priolli, a experiência da PBS é muito interessante, enquanto compradora e financiadora de produção independente, pois “a concepção intelectual e artística deve seguir na mão da televisão pública, que vai encomendar ao produtor independente o programa da forma que deseja” (In: CARMONA; FLORA, 2003, p.107). Neste modelo, a criação segue sendo do canal, enquanto a produção é terceirizada. Esta mudança de paradigma colabora economicamente na manutenção das emissoras, que não precisam de estruturas gigantescas. No entanto é importante observar aqui que este modelo de financiamento pode ajudar a TVE/RS no âmbito econômico, não quanto aos possíveis desvios da finalidade pública.

Quando o assunto é BBC, sabe-se que a empresa pública britânica possui uma visão bem definida, ligada à criatividade. Para Lúcio Mesquita, diretor da BBC para as Américas em 2003, “isso significa produzir uma gama de programas e serviços, livres de interesses comerciais e de tendências políticas, e em diversas plataformas” (In: CARMONA; FLORA, 2003, p.28). Esta produção acaba sendo outra fonte de recursos da emissora (conforme já vimos), comercializada mundialmente pela BBC Worldwide, vendendo programas e licenças que geram um lucro líquido que é revertido integralmente para o orçamento de programação.

Já sobre o gerenciamento público, Mesquita enfatiza o papel do Conselho Curador, que aprova novos projetos e atua como guardião da qualidade da programação, em nome da população britânica. “O grande fator para a sobrevivência da rádio e da televisão públicas é o apoio público” (In: CARMONA; FLORA, 2003, p. 33). Importante ainda é a prestação de contas ser feita anualmente diante do parlamento e não do governo.

Assim, conjugando possibilidades em colaboração com o Tecna, ao mesmo tempo em que se fortalece o conselho da Fundação Piratini, se pode chegar a alternativas viáveis para produção de conteúdo na televisão pública.

Pensando na cultura contemporânea, Nelson Hoineff (In: CARMONA; FLORA, 2003, p.43) afirma que “uma televisão de qualidade é aquela capaz de abrigar novas formas de experimentar linguagens e desenvolver os próprios modelos narrativos”. Constitui-se desta forma uma televisão plural que estimula os espectadores a pensarem sobre o próprio meio de comunicação.

A televisão pública precisa aproveitar a oportunidade da mudança tecnológica para a TV digital, explorando a interatividade e os recursos multimídia. Neste sentido, o antropólogo Hermano Viana (In: CARMONA; FLORA, 2003, p. 92) sugere: “a TV pública poderia encabeçar essa discussão e essa experimentação”. Viana também reitera que a televisão é elemento central da cultura brasileira. Sendo assim, é preciso pensá-la por este viés, além do técnico comunicacional.

Em pesquisa sobre os casos brasileiros, a exemplo da TV Cultura de São Paulo, Teresa Montero Otondo (2012, p. 30) considera que a televisão pública aberta, de acesso universal, tem lugar importante e insubstituível no panorama contemporâneo das comunicações audiovisuais. A reflexão condiz com o novo cenário tecnológico em que “a televisão deixa de fazer uma comunicação unilateral e unidimensional para se fragmentar entre os públicos, as fontes e os diversos suportes multimídia”. Neste quadro em que o usuário é protagonista, o modelo de negócio da televisão deverá mudar, acredita a pesquisadora, na medida em que se estabelece outra cadeia de coleta, produção e distribuição de conteúdos. Na visão de Otondo (2012, p.40), “a televisão pública é necessária para o século XXI e vale a pena investigar mecanismos que a tornem fator de equilíbrio e qualidade na comunicação social nesta nova era digital”.

A autora também compara o desenvolvimento deste campo entre o Mercosul e a União Europeia. Nesta última, o debate manteve-se centrado no lugar que o audiovisual ocupa no processo de integração no campo da cultura. Por um lado, leis protecionistas para as produções locais, frente à

estadunidense. Por outro, a livre circulação de bens audiovisuais entre os países membros. Para a União Europeia a televisão pública é serviço de interesse coletivo que deve ser preservado, em nome da saúde da democracia.

Neste debate no Brasil, Otondo (2012, p. 86) propõe que “a noção do público e a participação do público na emissora são os princípios básicos que devem nortear a ação da televisão pública”.

A televisão pública, no entender da ABEPEC, tem um escopo mais geral, baseado em uma programação hoje de cunho mais generalista, que abarca a educação em sentido amplo, a cultura, as artes, a informação e o entretenimento. Seu público é o cidadão no exercício de sua cidadania. É uma televisão sem finalidades de lucro que busca definir sua programação a partir das demandas da sociedade e por isso o ponto crucial é a constituição de seu conselho gestor e a independência financeira que garantam sua autonomia e representatividade (OTONDO, 2012, p. 86).

Na avaliação da pesquisadora, na TVE/RS e na TV Cultura/SP, apesar de contarem com conselhos ativos, o governo ainda é uma instância de decisão presente e próxima. A TV Brasil, criada em 2007, incorporando as estatais Radiobrás e TVE-Rede Brasil, também enfrenta a dicotomia entre a estrutura de corte estatal e a missão pública, democrática e participativa.

Ferraretto (2014, p. 73) observa que não poderia ser considerada pública uma emissora que “está, em realidade, a serviço do governo e não do Estado como representante da sociedade”. Para o autor, a Fundação Piratini, mantenedora da TVE/RS, constituir-se-ia em uma estatal por sua vinculação direta ao governo do estado ou, no máximo, poderia ser classificada em um “meio-termo” entre uma emissora estatal e pública, porque “há a Diretoria Executiva, nomeada por quem exerce o governo, e existe um Conselho Deliberativo, que deveria representar uma continuidade institucional própria do Estado”.

O comando da administração por parte do governo, especialmente no Rio Grande do Sul, um estado marcado por rupturas políticas a cada eleição, costuma provocar alterações e descontinuidade na programação da TVE/RS a cada quatro anos, com trocas de programas e no elenco de apresentadores. A

última mudança, em 2015, levou à extinção de cinco programas da emissora de televisão⁷.

Também o volume de investimento previsto no orçamento fica à mercê de cada governador. No primeiro mês da atual gestão do governo do Estado, houve corte de 47% para a Fundação Piratini. Dos R\$ 570 mil previstos para janeiro, foram repassados R\$ 270 mil. A nova direção também cancelou um edital para a seleção de cinco séries de televisão, via Fundo Setorial do Audiovisual e Ancine. Do total de R\$ 3,9 milhões do projeto, R\$ 300 mil seriam pagos pelo governo estadual. Na época, a presidente Isara Marques declarou ao jornal Zero Hora (22/01/2015) que “o edital não foi cancelado em razão da contenção de despesas, mas devido a erros no documento”. Mas, de acordo com informações do jornal, a Fundação voltou atrás após pressão do setor e a atuação dos secretários de Comunicação e Cultura, retomando o processo seletivo.

No final do mesmo ano, promoveu-se o Seminário de Programação da Linha de Produção de Conteúdos destinados às TVs Públicas, na Cinemateca Brasileira, em São Paulo. Em notícia publicada no site da ANCINE, reproduziu-se fala do diretor-presidente Manoel Rangel, afirmando a importância do campo público de televisão para o desenvolvimento do mercado audiovisual. Rangel considera um espaço de oxigenação, de experimentação e de diálogo com a sociedade. “É fundamental investirmos em mais esse espaço de circulação das obras audiovisuais brasileiras, permitindo assim multiplicar as vozes que atuam no país e mostrar a diversidade da nossa produção” (ANCINE, 10/12/2015).

No mesmo sentido, para definir o lugar da comunicação pública, os britânicos sustentam historicamente seu modelo na dimensão da cultura. “O rádio e a televisão são veículos da produção cultural de um povo ou de uma nação e, para exercerem essa tarefa não podem ser contaminados por interferências políticas ou comerciais” (LEAL FILHO, 1997, p.17). A BBC, empresa pública de radiodifusão britânica, é considerada um patrimônio da

⁷ Conforme noticiado pelo site Coletiva.net. Disponível em: <<http://www.coletiva.net/noticias/2015/05/tve-deixa-de-produzir-cinco-programas/>>. Acesso em 28 nov. 2015.

nação. Ela possui autonomia relativa, mantida por uma taxa cobrada sobre aparelhos receptores de rádio e TV, chamada licença paga (*licence fee*). Sua administração é composta entre governo e conselhos diretores que garantem o interesse público e a independência.

Em face do êxito europeu, notamos que uma das questões críticas da comunicação pública no Brasil é sua sustentabilidade. O modelo econômico vigente, vide TVE/RS, baseia-se no subsídio estatal e na produção própria e quase exclusiva de conteúdo. Mas há casos, nos Estados Unidos, por exemplo, de redes públicas de televisão que constroem seu orçamento por outras fontes, e diversificam os agentes produtores. Um canal não precisa produzir toda programação em seu estúdio, ou a partir do seu orçamento regular de produção. Pode atuar como janela da indústria criativa local. E a realização de editais de produção nos últimos anos, por parte do Governo do Estado, indicaram uma boa experiência nesta lógica. Com a abertura deste novo mercado, quem tem a ganhar são as empresas de audiovisual, que têm suas vocações autoral e criativa beneficiadas neste tipo de trabalho.

Com o interesse cultural prevalecendo, os princípios que guiam a comunicação pública circulam entre diversidade de atrações, pluralidade de identidades e valores, espaço para arte e criatividade, além de alta politização dos serviços públicos (controle e autocontrole).

Em alguns casos os veículos de rádio e televisão assumem explicitamente sua parcela de responsabilidade pela saúde do processo político nacional e internacional. A larga proporção de painéis de debates, entrevistas, análises de especialistas a respeito de temas políticos, em relação ao todo da programação, é um indicador dessa preocupação (LEAL FILHO, 1997, p. 25).

Este perfil de televisão pública, inspirado principalmente na BBC da Grã-Bretanha, promove a reflexão, o jornalismo investigativo, a produção ligada a expressões culturais diversas, e programação infantil educativa e de qualidade. A seguir vamos mostrar alguns indicadores sobre a mudança na programação da TVE/RS no ano de 2015, à luz destas problemáticas expostas sobre o interesse público na comunicação.

Mudança na programação da TVE/RS

Em 2015, realizamos uma sistematização da programação da TVE/RS para classificar seus programas e poder comparar mudanças ocorridas na troca de governo no período. Em um *corpus* composto por duas semanas (governo anterior - semana 6 a 12 de abril; governo atual - semana 18 a 24 de maio) identificamos gêneros e formatos. Em primeiro lugar, dividimos os programas em três categorias: Produção Local, Produção em Parceria e Produção Nacional, separando dentro de cada uma o que era conteúdo inédito e conteúdo de reprise.

Com a ressalva de que toda atração pode tanto entreter quanto informar⁸, classificamos todo o conjunto entre as categorias informativo e entretenimento (SOUZA, 2004). Com análise de conteúdo (BARDIN, 2011), pudemos observar que houve no período um decréscimo geral pouco significativo da produção local, em relação ao gerado nacionalmente pelas cabeças de rede (TV Brasil e TV Cultura). Vale destacar que, na categoria informativa, o tempo de telejornal subiu de 30,09% para 56,10% da programação semanal. Os dois telejornais diários da emissora mudaram o nome, passando a se chamar Canal Aberto (13h) e Segunda Edição (19h) e aumentaram seus tempos de exibição⁹. O primeiro que tinha 15 minutos de duração passou a ter 45 minutos, e o Segunda Edição de 20/25 minutos passou para 30 minutos. O tempo de revistas aumentou de 14,56% para 18,29%. Por outro lado os gêneros documentário, debate e entrevista, todos diminuiriam. Estes dados revelam um investimento do governo atual, nos primeiros meses de mandato, no jornalismo diário, em detrimento do

⁸ De acordo com Otondo (2012, p. 66), “o entretenimento como valor público pode ser considerado um produto cultural, que pode oferecer algo mais do que mera gratificação imediata e efêmera dos sentidos, mas tem alguma capacidade emancipatória, se encarado como uma produção cujo valor está no seu conteúdo e não no seu valor de troca em vista a uma acumulação mercantil”. Nessa perspectiva o entretenimento pode ser considerado como valor do serviço público.

⁹ Após a colheita de dados em 2015, a direção da TVE efetuou novas mudanças na grade e diminuiu o tempo do telejornal Segunda Edição, que era exibido das 19h30 às 20h e passou, a partir de 06/01/2016, para das 19h às 19h30. A direção de telejornalismo informou aos pesquisadores que se tratava de uma adequação em função da redução das horas extras pagas aos servidores. Outra alteração foi a entrada do TVE Esportes na programação.

espaço para o aprofundamento de questões (considerando somente as propostas de cada programa). O gênero debate diminuiu seu espaço de 20,38% para 7,32%, Os programas de entrevistas também diminuíram significativamente, de 23,30% para 7,32%. E o documentário recuou de 11,65% que representava na programação para ficar com 10,98%. Foram excluídos da grade os programas “Primeira Pessoa” (entrevistas); “Mídia em Debate”; “Mobiliza” (debate), Hip Hop Cultura de Rua (musical); TVE nos Festivais (musical).

Na área do entretenimento, na amostra estudada, diminuiu o tempo para programas infantis (de 40,54% para 14,29%) e aumentou o musical (de 59,45% para 85,71%). Estes dados denotam menos investimento em produção de programas, visto que o infantil requer bastante planejamento e uma equipe maior e mais especializada. Sem querer tirar a importância do musical, ele é mais fácil de ser produzido, pois aproveita shows prontos e apenas realiza o registro onde estiver sendo apresentado. O “Palcos da Vida”, no ar há 28 anos, transformou-se em outros dois programas de registro de musicais: “É show” e “Sonzeira”. A exibição de concertos de música erudita voltou à grade, após alguns anos de recesso, com a faixa “Obra Prima”.

Causaram repercussão na imprensa as mudanças na grade de programação da TVE/RS realizadas em maio de 2015. Paulo Leônidas, diretor de Programação, Produção e Operações, na época, informou ao jornal Zero Hora (07/05/2015) que a emissora queria programas que trouxessem audiência: “Podemos não ter o compromisso comercial que outras emissora têm, mas isso não significa manter atrações que dão traço de Ibope”. Já a presidente da Fundação Piratini, Isara Marques, ressaltou que a alteração na programação não tinha relação com o anúncio do corte de gastos pelo governo do Estado.

As mudanças demonstram a instabilidade na programação da emissora, pois são efetivadas a cada quatro anos pelos membros da direção, escolhidos pelo governador “do dia”. O Conselho Deliberativo fica à margem deste processo, sem chance de assegurar o compromisso com o interesse público nas decisões.

Etapas subsequentes da pesquisa

Considerando o contexto expresso neste artigo, está entre nossos objetivos na pesquisa identificar programas de interesse e com potencial para o chamado “público nômade que utiliza diversos meios para se informar e não demonstra preferência por nenhum deles em especial” (MORAES apud TOURINHO, 2009, p. 203). Com eles, poderemos aprofundar a compreensão sobre o papel desempenhado pela TVE/RS enquanto emissora pública e refletirmos sobre os efeitos das mudanças tecnológicas no campo público da comunicação.

Escolhemos os programas “Canal Aberto” (telejornal), “Segunda Edição” (telejornal) e “Radar” (musical). Em uma segunda etapa, realizamos Observação Participante acompanhando a produção diária dos três, anotando informações pertinentes aos objetivos da pesquisa. Elaboramos diários de campo, identificando as rotinas de produção (captação em externa; gravação estúdio; edição; pós produção; apresentação).

Outra atividade realizada em 2015 pelo grupo, correspondente à terceira etapa de pesquisa, foi uma sondagem no campo da recepção. Aplicamos entrevistas em profundidade, de caráter qualitativo, com receptores (telespectadores/usuários). Foram duas entrevistas para cada programa.

Já a quarta etapa (final), será realizada em 2016. Iremos analisar os dois programas específicos escolhidos, para propor acréscimos na forma de produção, com vistas a produzir narrativas transmidiáticas. Para tanto, serão indicadas nos *scripts* estas oportunidades e desenvolvidas novas estratégias. Para finalizar, poderão ser gravados programas-piloto que atendam a esta proposta, em convênio entre a TVE/RS e o TECNA.

Televisão pública e convergência

Para as etapas seguintes, principalmente a última, será preciso considerar as transformações tecnológicas que afetam a comunicação no século XXI, em interface com a televisão pública. Para isto, fomos buscar como alguns autores estão vendo a questão na BBC e na cultura contemporânea em geral.

Em conferência no início de 2015, a componente do conselho BBC Trust, Rona Fairhead, enfatizou a necessidade de pensar o futuro, o tamanho e a forma da BBC. Independente de mudanças que ocorrem na sociedade e na tecnologia, ressaltou a importância da empresa de comunicação para a coesão local, regional e nacional, através da geração de conteúdos de qualidade e de notícias confiáveis. O caráter independente da BBC deveria ser preservado, em conexão com a audiência. Para isto, elencou alguns desafios a serem enfrentados, como a concorrência global de produtores de conteúdo, equilibrar os custos e manter a conexão com a crescente diversificação dos hábitos dos diferentes públicos.

Na visão da *chairman*, a BBC desempenha um papel de estabelecer o lugar que o Reino Unido ocupa no mundo, promovendo sua cultura e seus valores. Em questão de tecnologia, deve manter sua tradição de inovar e antecipar mudanças, contribuindo para alavancar a economia criativa. Fairhead propõe ainda que se realizem mais eventos, seminários, fóruns de discussão e pesquisas, utilizando inclusive as redes sociais digitais, para promover maior debate sobre a emissora e seu funcionamento. Por outro lado, manter-se o mais longe possível da política de Estado.

Fairhead posiciona-se frente à chamada cultura da convergência, na qual a televisão precisa se reinventar ou se readaptar à nova realidade para manter o seu papel de protagonista ainda que com audiências menores. No caso da TVE/RS, diante da escassez de investimentos, fica difícil imaginar soluções para esta reinvenção. Mas a proposta colaborativa com o Tecna deverá ser uma alternativa viável.

O Centro de Produção e Pós-Produção de Conteúdos Digitais Criativos reúne principalmente realizadores audiovisuais e gamers, que trabalham para diversas plataformas e ligados à concepção de indústria criativa. Para Jenkins (2009, p.29) “no mundo da convergência das mídias, toda história importante é contada, toda marca é vendida e todo consumidor é cortejado por múltiplas plataformas de mídia”. A circulação dos conteúdos nessas plataformas depende da participação ativa dos consumidores que se sentem incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em conteúdos de mídia que estão dispersos.

Como destaca Jenkins (2009, p. 30) “a convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros”. Dessa maneira, a convergência se dá na forma de um processo corporativo, de cima para baixo e na mão contrária a partir de um processo que parte do consumidor.

O contar histórias sempre foi fundamental nas culturas humanas desde os seus primórdios. É através das narrativas que estruturamos, compartilhamos e compreendemos as experiências comuns a todos. No mundo da convergência, novas estruturas estão se desenvolvendo, as narrativas transmidiáticas criam complexidades e expandem as possibilidades narrativas que anteriormente estavam fadadas a um começo, meio e fim.

Uma história transmídia desenrola-se através de múltiplas plataformas de mídia, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo. Na forma ideal de narrativa transmídia, cada meio faz o que faz de melhor - a fim de que uma história possa ser introduzida num filme, ser expandida pela televisão, romances e quadrinhos; seu universo possa ser explorado em games ou experimentado como atração de um parque de diversões. Cada acesso à franquia deve ser autônomo, para que não seja necessário ver o filme para gostar do game, e vice-versa (JENKINS, 2009, p. 138).

Dentro do fenômeno da cultura da convergência Scolari (2004) desenvolveu o termo “hipertelevisão”, uma televisão em construção que tem como características novas a interação maior entre emissor/receptor; articulação com outras mídias alternativas; customização dos programas; milhares de canais produzidos por anônimos e disponibilizados em servidores como o YouTube; a possibilidade de acesso à programação de arquivo (pay per view e video on demand); novos terminais para assistir TV, como telas de computador, tablets, celulares e consoles de videogames; conteúdo a qualquer momento e em qualquer lugar; introdução de novas linguagens, multimídia, transversal, interativa com estímulo à participação; e o empoderamento do telespectador.

Sobre os espectadores do novo ecossistema midiático, Scolari (2014) chama a atenção para a maior exigência de competências cognitivas e interpretativas que são características dos nativos digitais. Segundo o autor a hipertelevisão fala para esse público:

Construindo um telespectador modelo que deve colocar em jogo todas as suas competências narrativas, perceptivas e cognitivas para interpretar um produto textual cada vez mais atomizado, multitela, transmídia, carregado de personagens que conduzem uma complexa trama de programas narrativos (SCOLARI, 2014, p. 50).

Dessa maneira, o autor acredita que a hipertelevisão simula as experiências interativas e hipertextuais que de alguma forma já fazem parte da bagagem dos novos telespectadores. Nesse cenário de convergência das mídias é importante lembrar que nem tudo pode ser transformado em conteúdo transmídia, principalmente no telejornalismo, como destaca Finger:

Pelo menos por enquanto as coberturas de grandes eventos e as reportagens especiais parecem ser o caminho mais rápido para a implantação desta nova relação entre produção, conteúdo e recepção (usuários). Se não por limitações editoriais, muito pelas questões de estrutura das redações e, principalmente, por causa da velha pressão do tempo (2015, p. 32).

Tourinho (2009) ressalta que o telejornalismo dentro do processo convergente tem que estar apto a utilizar multiplataformas além da tela da TV. E o modo de fazer jornalístico deve levar em conta como eles serão vistos pelos usuários. Ou seja, existe a necessidade de uma produção específica para as pequenas telas. Nos aparelhos móveis e portáteis, as notícias precisam ser curtas e objetivas atendendo as necessidades do receptor/usuário que pode estar em situação adversa de atenção, em deslocamento ou em espera, permanentemente conectado e com possibilidade de atualização em tempo real e não mais diário ou semanal.

Considerações finais

Devemos levar em conta que a convergência só é possível com a mudança em curso da TV analógica para a TV digital. O sistema japonês (ISDB), escolhido para ser implantado no país, tem como diferencial a mobilidade e a portabilidade o que vai permitir novas possibilidades se pensarmos em hipertelevisão. O Brasil se prepara para o *switch off*, desligamento total do sistema analógico, programado pelo governo para o fim de 2018. As novas redações digitais ainda estão em implantação pelo território nacional, inclusive na TVE/RS que vive um lento processo para colocar em prática o pleno funcionamento do sistema.

Nativos digitais ou não, os potenciais e os atuais consumidores do fenômeno multitelas constituem uma audiência que deve ser contemplada e empoderada pela televisão pública. Assim como acontece na BBC e outras emissoras europeias e norte-americanas, se faz necessária a implantação de políticas que superem o modelo de uma TV analógica que tem seus dias contados. Existe a necessidade de trabalhar a parceria entre agentes criativos e as TVs públicas para se atuar neste contexto de cultura convergente, realizando, por exemplo, ações transmidiáticas. É preciso ter em mente que o telespectador nômade será atraído pelos conteúdos jornalísticos e culturais de uma maneira criativa e expandida para também se fazer presente em todo esse processo.

A TVE/RS pode aproveitar esta virada tecnológica para apostar em alternativas de programas experimentais, que explorem ao máximo as novas possibilidades de comunicação. Como um laboratório, capacitado pelo apoio técnico do Tecna/PUCRS, a emissora pode aproximar-se mais de seus públicos, permitindo que eles efetivamente participem da programação.

A importância da TVE/RS levar em conta a diversificação dos agentes produtivos, desenvolvendo mais o mercado para a indústria criativa local, por um lado é uma forma de permitir que outras fontes de renda venham a ser trabalhadas na emissora a fim de escapar dos entraves dos orçamentos de produção ou quadro reduzido de funcionários. Por outro, capacita-se novos agentes criativos da sociedade gaúcha a colaborar e interferir na TVE/RS, sem perder de vista o compromisso público que a emissora possui com a cultura, a cidadania e a comunicação de qualidade.

Do ponto de vista do serviço público, a emissora tem a chance de utilizar as tecnologias para se aproximar mais da audiência e cumprir sua finalidade com mais alcance na sociedade. O empoderamento do telespectador é uma questão chave para a televisão pública nesta mudança tecnológica em curso. Pois na gênese do modelo, com participação e controle social, estava previsto perante a representação no Conselho Deliberativo. A tecnologia analógica tinha dificuldades para possibilitar uma comunicação mais direta, que não fosse estritamente politizada. No mundo digital, a ação do cidadão frente à televisão

pública possui diversas ferramentas para interferência e colaboração, seja no conteúdo ou na organização da emissora.

Referências

- ANCINE. **ANCINE promove seminário de programação de produção de conteúdo para as TVs Públicas**. 10/12/2015. Disponível em: <<http://ancine.gov.br/sala-imprensa/noticias/ancine-promove-semin-rio-de-programa-o-de-produ-o-de-conte-do-para-tvs-p-blic>>. Acesso em: 20 fev.2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRIGATTI, Gustavo. Com novos programas e parcerias, TVE estreia nova grade mirando audiência. **Zero Hora**. 07/05/2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2015/05/com-novos-programas-e-parcerias-tve-estrela-nova-grade-mirando-audiencia-4755663.html>>. Acesso em: 20 fev.2016.
- CARMONA, Beth; FLORA, Marcus. (Org.). **O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade**. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.
- COLETIVA.NET. **TVE deixa de produzir cinco programas**. Disponível em: <<http://coletiva.net/noticias/2015/05/tve-deixa-de-produzir-cinco-programas/>>. Acesso em 28 nov.2015.
- FAIRHEAD, Rona. A necessary debate about the future, size and shape of the BBC. In.: **Vital Speeches of the Day**, Londres (Inglaterra), 2015, Vol. 81(4), p.120(5).
- FINGER, Cristiane. **TVs públicas & TVs privadas: ética e ideologia do controle dos meios de comunicação**. 2002. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.
- _____. Telejornalismo Mobile: um estudo sobre a recepção das notícias no celular pelo público adultos/idosos. **Revista Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 30-45, maio/ago. 2015.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão**. São Paulo: Summus, 1997.
- OTONDO, Teresa Montero. **Televisão pública: para quem e para quê?** São Paulo: Annablume, 2012.
- SCOLARI, Carlos. Hacer Clic. **Hacia una sociosemiótica de las interacciones digitales**. Barcelona: Gedisa, 2004.
- _____. This is the end: As intermináveis discussões sobre o fim da televisão. In: CARLÓN, Mario; FECHINE, Yvana (orgs). **O fim da televisão**. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, p. 34-53, 2014.
- SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

TORRES, Rodrigo Murinho de Martinez. **Televisão pública no Brasil:** estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. Revista Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 27-39, 2009.

TORVES, José Carlos de Oliveira. **TVE-RS: Governos X Conselho Deliberativo:** Um estudo das operações ideológicas no comando da emissora. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

TOURINHO, Carlos. **Inovação no telejornalismo:** o que você vai ver a seguir. Vitória: Espaço Livros, 2009.

ZERO HORA. **Corte de gastos do governo vai reduzir atividades da TVE.** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/corte-de-gastos-do-governo-vai-reduzir-atividades-da-tve-4686330.html>>. Acesso em: 20 fev.2016.